



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Registro: 2016.0000667965

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação n.º 0001208-95.2009.8.26.0586, da Comarca de São Roque, em que é apelante GERSON MARCOS DE FELICE (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado EXPRESSO REGIONAL TRANSPORTES,

ACORDAM, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ARTUR MARQUES (Presidente sem voto), MORAIS PUCCI E FLAVIO ABRAMOVICI.

São Paulo, 12 de setembro de 2016.

Gilberto Leme
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação n.º 0001208-95.2009.8.26.0586

Comarca: São Roque
Apelante: Gerson Marcos de Felice
Apelado: Expresso Regional Transportes

Juiz sentenciante: Diego Ferreira Mendes

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE VEÍCULO. MANOBRA DE CONVERSÃO PROIBIDA SEM OBSERVAR O MOVIMENTO DE VEÍCULOS QUE VEM EM SENTIDO CONTRÁRIO. CULPA RECONHECIDA. ART. 34 DO CTB. Age com imprudência o motorista que faz conversão em local proibido, sem observar o tráfego de veículos, interceptando a trajetória dos ônibus que seguem pelo sentido contrário da rodovia.
Recurso desprovido.

VOTO N.º 17.428

Trata-se de recurso de apelação interposto à r. sentença de fls. 372/374, que julgou parcialmente procedentes os pedidos deduzidos em ação de indenização decorrente de acidente de trânsito, e improcedente o pedido contraposto, para condenar o réu ao pagamento de danos materiais de R\$ 45.909,00, atualizados monetariamente e com juros de mora de 1% ao mês desde



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

fevereiro de 2009, além de custas processuais e honorários advocatícios fixados em 20% sobre o total da condenação, observada a gratuidade processual.

Recorre o réu para buscar a reforma integral da sentença. Alega que o motorista da apelada foi culpado pelo acidente, cabendo a procedência do pedido contraposto. Sustenta que os depoimentos das testemunhas foram claros e objetivos, de forma a indicar que o apelante agiu com cautela a fazer a conversão com seu veículo. Assevera que não foi apurada a velocidade do ônibus em razão de ter sido negada a perícia postulada. Argumenta que os motoristas dos ônibus foram imprudentes ao colidir com o veículo do apelante e quase o levar a óbito.

Recurso tempestivo, dispensado de preparo em razão da gratuidade processual e com resposta.

É o relatório.

Preliminarmente afasta-se a alegação de deserção mencionada em contrarrazões, haja vista ser o apelante beneficiário da gratuidade processual (fls. 198/199).

Deflui dos autos que, em 9.2.09, dois ônibus da autora trafegavam pela rodovia Lívio Tagliassachi, sentido interior/capital, quando por volta das 16:00hs, na altura do km 3,5, o réu parou seu veículo no acostamento, e, sem tomar as devidas cautelas, imprudentemente iniciou conversão proibida para cruzar a pista a fim de adentrar em uma estrada vicinal, sem se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

atentar para o tráfego de veículos que seguia pela pista contrária, causando a colisão com os coletivos da autora que não tiveram como frear a tempo. O ônibus que vinha à frente conseguiu desviar para a lateral, atingindo apenas com a parte frontal direita, contudo, o que vinha logo atrás não teve a mesma sorte, colidindo frontalmente. Afirma que a poucos metros do local existe um local específico para retorno, não utilizado pelo réu. Assevera que solicitada a apresentação dos tacógrafos pela autoridade policial, foi constatada a velocidade de 55 e 50 km/h, respectivamente, dos coletivos. Pugna pela condenação do réu ao pagamento dos danos materiais dos veículos e lucros cessantes, no total de R\$ 45.909,00, além de danos morais no montante de R\$ 9.300,00, equivalente a 20 salários mínimos vigentes.

Em contestação o réu cingiu-se a alegar que tomou as devidas cautelas para a realização da conversão que é permitida, a qual não se completou em razão dos ônibus da autora, que trafegavam com os faróis apagados em dia chuvoso e em velocidade excessiva, terem colidido com seu veículo, quase levando-o a óbito. Aduziu que a velocidade apontada para os tacógrafos não pode ser considerada, já que os discos não foram retirados por perito. Apresentou pedido contraposto para postular o ressarcimento do valor de seu veículo que teve perda total.

Incontroverso nos autos o acidente de trânsito, restringindo-se o cerne da questão ao reconhecimento de quem foi a culpa, já que o montante postulado não foi impugnado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Todas as testemunhas arroladas foram unânimes em confirmar que a conversão no local é proibida, apesar de ser muito comum. Também foi confirmada a existência de conversão a poucos metros, não utilizada pelo réu.

Ademais, basta verificar as fotos apresentadas com a petição inicial para ter noção da proibição de conversão em local com faixa contínua (fls. 34/35).

Por outro lado, ainda que os coletivos não estivessem com os faróis acesos, fato não verificado em razão das testemunhas confirmarem que estavam ligados, o que se constata é que foi a imprudência do réu em realizar conversão proibida e em momento inoportuno, interceptando a trajetória dos veículos que seguiam pela rodovia em sentido contrário que ocasionou o grave acidente que quase lhe ocasionou a morte.

Nem se alegue que os ônibus estavam trafegando em alta velocidade. Primeiro, por não ter esse fato sido comprovado, e segundo porque não guarda qualquer relação de causalidade, eis que se o réu não tivesse realizado a manobra proibida o acidente não teria ocorrido. Ademais, ainda que seja permitida a conversão, antes de fazê-la o motorista tem a obrigação de observar o tráfego de veículos.

Diz o art. 34 do Código de Trânsito Brasileiro que:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

"Art. 34. O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade."

Com acerto a sentença ao condenar o réu ao pagamento pelos danos provocados em seus veículos, no montante pleiteado, até mesmo porque não foi impugnado, na medida em que sendo evidente sua a culpa pelo acidente deve ressarcir os prejuízos (art. 186 do CC).

Pelo meu voto, nego provimento ao recurso.

GILBERTO LEME
Relator